

ANDES-SN: unidade e democracia do movimento docente

A força da ação coletiva dos trabalhadores está em sua unidade de classe. Trata-se de uma afirmação óbvia, não apenas para os que militam no meio sindical, mas também para os empresários e governos com eles comprometidos. Por isso, o capital sempre se empenhou em fragmentar as organizações de classe dos trabalhadores, por diversos caminhos, da repressão direta à cooptação, passando pela implantação de normas legais restritivas. No Brasil, os caminhos para a fragmentação das organizações estiveram, durante mais de meio século, traçados pelo modelo do sindicalismo oficial – reconhecido e tutelado pelo Estado – em que a unidade construída pelos trabalhadores foi substituída pela unicidade imposta pelo Estado. O ANDES-SN surgiu e cresceu buscando a unidade da categoria docente e pautou-se, desde a época de sua fundação como Associação Nacional, por uma postura de autonomia e ruptura com a estrutura sindical oficial. Por isso não podemos calar diante das tentativas de legitimação, a partir da chancela do MEC, de uma entidade sem representatividade entre os docentes, que se apresenta como representação dos docentes das Instituições Federais de Ensino Superior.

Nos últimos 23 anos, tornou-se impossível pensar a trajetória das Instituições de Ensino Superior no Brasil sem mencionar o papel do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN), que, até 1988 era a Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior. Um papel de protagonista, ao lado das entidades representativas dos estudantes, servidores técnico-administrativos e de diversas associações científicas, nas jornadas em defesa de uma proposta de Universidade, efetivamente Pública, Gratuita, Autônoma, de Qualidade e Socialmente Referenciada, compromissos mais do que bandeiras e palavras de ordem, como se pode constatar pela ação que a então Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior empreendeu para finalmente inscrever na Constituição de 1988 os artigos que definem a Autonomia universitária; a gratuidade em todos os níveis do ensino público, definido como direito dos cidadãos; e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (referência para o padrão unitário de qualidade que defendemos). Ou, ainda, no que tange às instituições estaduais, pela inclusão de propostas semelhantes nas Constituições estaduais e pela implementação de garantias para a autonomia universitária antes inexistentes.

Nos anos 90, essas jornadas em defesa

de nosso projeto de Universidade e educação públicas tiveram continuidade, na formulação de propostas e empenho para a aprovação de uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que acabou por ser definida em bases muito diferentes pelo Senado. Ou nas bem sucedidas lutas para evitar que o desmanche neoliberal atingisse mais duramente as Universidades Públicas nessa década, como nas diversas tentativas de cerceamento da autonomia universitária, por meio de projetos de “regulamentação” do art. 207 da Constituição, ou na proposta de transformação das Instituições Federais em “organizações sociais” e de contratação de seus professores e técnico-administrativos pelo regime da CLT (apelidado de “emprego público”).

Desde a sua criação como Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior, em 1981, o ANDES-SN constituiu-se também na mais importante trincheira de defesa das condições salariais e de trabalho dos docentes. Por meio das mobilizações empreendidas por seus filiados, foram garantidas conquistas como os planos de carreira para os professores representados pela entidade; a isonomia entre os docentes de instituições federais antes definidas como autárquicas e fundacionais; os regimes de dedicação integral ou exclusiva; os planos de capacitação, entre diversas outras. Por isso, quando a Constituição de 1988 reconheceu o direito de sindicalização do funcionalismo público, os docentes representados pela então ANDES decidiram-se pela sua transformação em Sindicato Nacional, reconhecendo-se, nas suas especificidades decorrentes do labor universitário, como trabalhadores e sujeitos de direitos. A forma de sindicato era, portanto, necessária à representação de seus interesses e defesa de seus direitos e projetos para a Universidade e a sociedade. Mas, não de qualquer sindicato.

Cientes dos limites da estrutura sindical oficial no Brasil, os docentes buscaram contorná-los e rompê-los em diversos aspectos, a começar pelo modelo original entre nós de Sindicato Nacional. O que se complementa pela inovação por meio da organização por locais de trabalho – as seções sindicais –, garantia principal para o exercício da mais ampla democracia na vida interna de um sindicato, que tem nas assembléias gerais de base e nos Congressos anuais, estes constituídos por representações proporcionais ao número de associados das seções sindicais, suas instâncias máximas de deliberação.

Um Sindicato Nacional que inscreve em todas as suas normas e tem praticado ao longo de sua história o princípio da autonomia em relação aos partidos políticos, ao Estado e às administrações universitárias. Que se sustenta unicamente pela contribuição voluntária de seus sindicalizados, rejeitando o imposto sindical. Que não aceita a fragmentação da categoria docente, insistindo na representação unificada dos professores das instituições de ensino superior nos setores federal, estadual e particular, pois entende que só a unidade – construída pelas bases –, nos torna suficientemente fortes para defender nosso projeto de Universidade, que inclui a dignidade de uma carreira única docente. Estes elementos nos ajudam a compreender porque o ANDES-SN alcançou a representatividade que hoje o sustenta, com 71 mil sindicalizados em todo o país e 105 seções sindicais organizadas.

Hoje, o sentido público, a qualidade e o horizonte de direitos representado pelas Universidades Públicas que temos, reconhecidos os seus limites, se vêem mais que nunca ameaçados pelas propostas de (contra)reforma universitária em implementação pelo governo. As tentativas de construção de um sindicalismo autônomo e democrático são ameaçadas por uma proposta de (contra)reforma sindical que, se

implementada, centralizará as entidades de base pelas cúpulas das centrais sindicais e abrirá caminho para a mais ampla retirada de direitos trabalhistas. Um governo eleito pelos que esperavam mudanças, não apenas mantém e aprofunda as políticas anteriores, como se esforça para atrelar e controlar os movimentos sociais, atraindo-os para a órbita institucional e reduzindo sua margem de autonomia até convertê-los em simples base de apoio para suas propostas.

É nesse contexto que emerge, tendo por articuladores os militantes do ANDES-SN que perderam as últimas eleições para a diretoria nacional do sindicato, a proposta de criação de uma entidade – de nome PROIFES – que se propõe, entre outros objetivos, a “representar política, econômica, cultural e socialmente os interesses e os anseios dos professores das IFES



associados". Trata-se, pelo que se deprende da leitura da sua proposta de estatuto, da tentativa de criação de uma entidade paralela ao Sindicato Nacional, restrita aos docentes das Instituições Federais. Uma antecipação do tipo de construção fraticida que poderá surgir, caso seja aprovada a (contra) reforma sindical. A quem servirá essa proposta?

Com certeza servirá aos intentos de seus fundadores, de se arvorarem representantes de um conjunto de docentes desconhecido. Fundadores que logo se proclamaram diretores, definiram seu mandato em três anos e estabeleceram que seus representantes (quais?) podem se comunicar com eles por e-mail, inventando assim uma "democracia" literalmente virtual.

Uma entidade vazia de legitimidade e representatividade docente, mas ocupada por outros interessados: todos os adversários do projeto de Universidade defendido pelo ANDES-SN, e pelos que se opõem ao seu exemplo histórico de sindicalismo autônomo, democrático e combativo. Neste momento, com particular ênfase, o PROIFES interessaria ao governo em seu intuito de realizar a (contra)reforma universitária e por isso a proposta de criação desta entidade foi discutida com o Ministério da Educação antes de ser tornada pública. Algo que se comprovou em 21/12/2004, quando seus "dirigentes" foram convidados pelo MEC – por critério político, segundo declarou o Ministro Tarso Genro ao AN-

DES-SN – para tomar parte do Grupo de Trabalho encarregado de estudar o fim das gratificações.

Mas, a entidade paralela interessa também à direção majoritária da Central Única dos Trabalhadores, intersindical que ajudamos a construir e à qual nos encontramos filiados. Afinal essa direção cutista apoiou os propositores do PROIFES em suas tentativas frustradas de dirigir o Sindicato Nacional; e enxerga no ANDES-SN um obstáculo às suas pretensões de centralizar pelo alto a representação sindical dos docentes e converter as entidades em linhas auxiliares das propostas governamentais.

Por mais artificial que o PROIFES possa ser, cabe-nos contestar mais essa tentativa de fragilizar a representação coletiva e organizada dos professores universitários. Foram mais de duas décadas de enfrentamentos, da ditadura militar à ditadura do mercado, para construir uma entidade sindical nacional representativa, autônoma, democrática que não apenas tem sido fundamental em todos os movimentos de defesa dos docentes e da Universidade Pública, mas que também se constituiu em referência para todos que batalham por um sindicalismo verdadeiramente novo no Brasil. Não se permitirá que um tal patrimônio seja posto em risco para alimentar a gana por aparelhos de setores derrotados nos espaços democráticos, ou as investidas de qualquer governo contra a Universidade Pública, ou mesmo os projetos de um sindicalismo heterônimo e conformado à ordem de alguns dirigentes sindicais.

Este jornal foi feito, portanto, para esclarecer o conjunto dos docentes, inclusive os daquelas Seções Sindicais dirigidas pelos fundadores auto-proclamados direto-

res do PROIFES, que se recusam a difundir as informações produzidas pelo Sindicato Nacional. A representatividade do ANDES-SN é conferida pelas dezenas de milhares de docentes associados e a legitimidade de sua direção pela expressiva parcela destes que compareceram às urnas para elegê-la diretamente.

Em nome dessas representatividade e legitimidade, não podemos deixar de afirmar o ANDES SN como espaço de expressão da unidade democrática e instrumento de luta do movimento docente, onde as diferentes posições produzidas na multiplicidade de experiências da sua ampla base nacional incluem, articuladamente, os setores das IFES, IEES e IPES. Também é nosso dever denunciar a prática do paralelismo sindical, largamente estimulada pelos padrões para enfraquecer a luta dos trabalhadores tentando desestabilizar suas formas organizativas construídas historicamente. A mesma prática que vem sendo utilizada pelo governo como forma de antecipação da reforma sindical para debilitar as organizações dos servidores públicos.

Por isso, conclamamos todos a fortalecer o Sindicato, a persistir na busca de sua unidade e, pelo exercício democrático da ação, do debate e da reflexão, a manter o ANDES-SN na defesa intransigente dos direitos históricos dos trabalhadores, com o conjunto de entidades que lutam pela liberdade e independência de organização sindical.

Estes são os princípios do ANDES-SN. Por eles continuaremos a lutar: por um Sindicato que represente todos os docentes das Instituições de Ensino Superior, sem divisões, objetivando a construção de uma universidade emancipadora, transformadora e potencializadora de uma nova sociedade.

ANDES-SN recebe mensagens de apoio

"Na história social brasileira, o sindicalismo docente teve origem tardia de meio século em relação ao sindicalismo operário. Enquanto os "incultos" operários já organizavam sindicatos na virada do século XIX para o XX, os "doutos" professores, os de ensino superior e os de primeiro e segundo graus, somente conseguiram construir associações proativas e sindicatos ao final da ditadura militar, nos anos 1970 e 1980. Nosso sindicato nacional de docentes do ensino superior nasceu em meio a esta vaga mas com a marca de sindicato único em todo o território nacional, uma inovação importante frente à fragmentação em pequenas unidades estaduais, regionais ou por instituição.

Preocupam-me, pois, ações que, em última instância, tem por conseqüência fracionar a unidade do sindicato nacional dos docentes de ensino superior do setor público e do setor privado. Tais ações que podem parecer progressistas constituem, na verdade, regressão histórica. O sindicalismo brasileiro é todo fragmentado em pequenas unidades inexpressivas. A organização em centrais que deveria ser uma solução para a fragmentação galopante, passou a sofrer desta mesma doença.

O Brasil e os professores não precisam de mais um sindicato. Estes já existem aos milhares em nosso país. Precisamos de um sindicato ativo, democrático, representativo das grandes causas sociais e não apenas daquelas marcada pelo selo da corporação."

Prof. Sadi Dal Rosso

Ex-presidente do ANDES-SN

Prof. do Departamento de Sociologia da UnB

"A ANDES tem lutado em defesa da universidade pública, dos direitos trabalhistas e previdenciários dos docentes, contra a mercantilização do ensino e da pesquisa. A criação do Pró-IFES irá enfraquecer essa luta. É importante esclarecer nossos colegas e isolar essa iniciativa nefasta."

Armando Boito

Prof. Titular de Ciência Política da Unicamp

"Trata-se de uma tentativa, entre muitas outras, de controle da vida social, por um setor palaciano que não aceita que os movimentos sociais, que os sindicatos tenham autonomia diante do poder. O ProIFES é uma extensão do braço do poder no interior do Sindicato. Isso poderá trazer muitos prejuízos para o país, pois tende a dividir a luta sindical."

Roberto Romano

Prof. Titular de Filosofia da Unicamp

"O pior que pode vir a ocorrer com o movimento sindical brasileiro é a fragmentação da representação, pois, divididos, todos serão fracos. É evidente que essa divisão só interessa aos governantes de plantão. Especialmente quando os trabalhadores se sentem traídos pelo governo que ajudaram a eleger. E este, incapaz de justificar suas novas alianças internas e externas que garantem a manutenção do neoliberalismo econômico de Collor e FHC, vê-se tentado abafar a voz daqueles que resistem, desqualificar os opositores, ou simplesmente apoiar o surgimento de entidades sindicais domesticáveis. Como ocorreu no período militar, em que todos combatemos exatamente pela falta de legitimidade e pela forma abusiva como o governo atuava. Foi aí que se forjou a história de lutas da ADUnB e da ANDES. Resistir ao arbítrio, aos artifícios, às medidas divisionistas, é obrigação do movimento sindical legítimo, é um dever de todos. Foi assim que se romperam os elos que resistiam ao retorno ao Estado de Direito. Ainda que se tenha enfrentado vezes ocasionais, na longa caminhada. Como ocorreu em 1984 quando, tendo vencido as primeiras eleições diretas para o cargo de Reitor da UNB, em três turnos sucessivos, fomos impedidos de assumir a Reitoria. Simplesmente porque ao governo de então interessava gestores dóceis, indicados, desde que esquecessem as vértebras para atender prontamente às ordens do seu criador. Felizmente não encontrou. Mas surpreende no presente que os governantes busquem desconhecer a história. Num sonho impossível de que possam alcançar a eternidade."

Dércio Garcia Munhoz

Prof. Titular do Departamento de Economia da UNB

AndEspecial é uma publicação do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
Sede e Redação: Setor Comercial Sul (SCS), Quadra 2, Ed. Cedro II, Bloco "C", 3º andar, CEP 70302-914, BSB-DF

PRESIDENTE: Marina Barbosa Pinto; **1º VICE-PRESIDENTE:** Paulo Marcos Borges Rizzo; **2º VICE-PRESIDENTE:** Osvaldo Coggiola; **3º VICE-PRESIDENTE:** Maria Inês Corrêa Marques; **SECRETÁRIO GERAL:** Márcio Antônio de Oliveira; **1ª SECRETÁRIA:** Milena Martinez; **2ª SECRETÁRIA:** Ceres Maria Ramires Torres; **3º SECRETÁRIO:** Edmundo Fernandes Dias; **1º TESOUREIRO:** Antônio de Pádua Bosi; **2ª TESOUREIRA:** Zenilde Moreira Borges de Moraes; **3ª TESOUREIRA:** Edna Maria Magalhães do Nascimento; **REGIONAL NORTE I:** 1º Vice-Presidente: Jorge Luiz Coimbra de Oliveira; 2º Vice-Presidente: Francisco Jacob Paiva da Silva; 1ª Secretária: Nazira Correia Camely; 2º Secretário: Francisco de Paula Brito; 1º Tesoureiro: Carlos Luis Ferreira da Silva; 2ª Tesoureira: Ana Cristina Fernandes Martins; **REGIONAL NORTE II:** 1ª Vice-Presidente: Suelene Leite Pavão; 2ª Vice-Presidente: Marinalva Silva Oliveira; 1º Secretário: Paulo de Jesus Santos; 2ª Secretária: Olgais Cabral Maués; 1º Tesoureiro: Benedito Gomes Santos Filho; 2ª Tesoureira: Sandra Bernadete Moreira; **REGIONAL NORDESTE I:** 1ª Vice-Presidente: Rosilda Silva Dias; 1º Vice-Presidente: Maria do Céu de Lima; 1º Secretário: Antônio de Pádua Rodrigues; 2º Secretário: Emmanoel Lima Ferreira; 1º Tesoureiro: José Menezes Gomes; 2º Tesoureiro: Nougá Cardoso Batista; **REGIONAL NORDESTE II:** 1ª Vice-Presidente: Ibaraci Maria Fernandes Rocha; 2º Vice-Presidente: Levy Paes Barreto; 1ª Secretária: Simone Sette Lopes; 2º Secretário: Carlos Augusto de Amorim Cardoso; 1º Tesoureiro: Rubens Freire Ribeiro; 2º Tesoureiro: Geraldo Marques Carneiro; **REGIONAL NORDESTE III:** 1ª Vice-Presidente: Zózina Maria Rocha de Almeida; 2ª Vice-Presidente: Terezinha Maria Barros Santos; 1ª Secretária: Claudete Sales Sampaio; 2º Secretário: Jorge Luiz Bezerra Nóvoa; 1ª Tesoureira: Wânia Souza Andrade; 2º Tesoureiro: Joselito Brito de Almeida; **REGIONAL PLANALTO:** 1º Vice-Presidente: Enoch José da Mata; 2ª Vice-Presidente: Maria Abádia da Silva; 1ª Secretária: Maria do Carmo Moraes Pinheiro; 2º Secretário: Helder Barbosa Paulino; 1ª Tesoureira: Gene Maria Vieira Lyra Silva; 2ª Tesoureira: Graciela Nora Doz de Carvalho; **REGIONAL PANTANAL:** 1º Vice-Presidente: Cláudio Freire de Souza; 2º Vice-Presidente: Antônio Gonçalves Vicente (Tati); 1º Secretário: Aguinaldo Lenine Alves; 2ª Secretária: Iva Ferreira Gonçalves; 1º Tesoureiro: Pedro de Assis e Silva Filho; 2º Tesoureiro: José Luiz Finocchio; **REGIONAL LESTE:** 1ª Vice-Presidente: Maria Rosimary Soares dos Santos; 2º Vice-Presidente: Gilberto Marques Pereira; 1º Secretário: Aloizio Soares Ferreira; 2ª Secretária: Maristela Nascimento Duarte; 1ª Tesoureira: Ranah Manezeco Silva; 2º Tesoureiro: Roberto Alves Braga Jr.; **REGIONAL RIO DE JANEIRO:** 1º Vice-Presidente: Paulo Antonio Cresciulo de Almeida; 2º Vice-Presidente: Roberto Leher; 1ª Secretária: Sonia Lúcio Rodrigues de Lima; 2º Secretário: Wilson Paes de Macedo; 1º Tesoureiro: Rômulo Garcia de Andrade; 2º Tesoureiro: Carlos Alberto Lima; **REGIONAL SÃO PAULO:** 1ª Vice-Presidente: Ana Maria Ramos Estevão; 2ª Vice-Presidente: Iole Iliada Lopes; 1º Secretário: Itamar Ferreira; 2ª Secretária: Liria Maria Bettiol; 1º Tesoureiro: Nylson Gomes da Silveira Filho; 2º Tesoureiro: Carlos Alberto Olivieri; **REGIONAL SUL:** 1º Vice-Presidente: Hélvio Alexandre Mariano; 2º Vice-Presidente: Edson Domingos Fagundes; 1ª Secretária: Maria da Graça N. Bollmann; 2º Secretário: Geraldo Pereira Barbosa; 1º Tesoureiro: Adilson Gil Tavares; 2ª Tesoureira: Sandra Mara Alessi Muntsch; **REGIONAL RIO GRANDE DO SUL:** 1º Vice-Presidente: Luiz Henrique Schuch; 2º Vice-Presidente: Hugo Gomes Blois Filho; 1ª Secretária: Lorena Almeida Gill; 2ª Secretária: Rejane Terezinha Pereira dos Santos; 1º Tesoureiro: Ângelo F. Maffissoni; 2º Tesoureiro: Luis Eduardo de Souza Robaina.